

arquiteto, disponível no Arquivo Histórico do Estado de Goiás da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), além de dissertações e teses que tratam da vida e da obra de Attílio Corrêa Lima. Livros e artigos, também auxiliaram na contextualização do período estudado.

O TRAÇADO URBANO INICIAL DE GOIÂNIA

O decreto estadual nº 3.547 de 6 de julho de 1933 que determinaria a previsão de terrenos para a prática esportiva e de recreio pode ser considerado a primeira manifestação oficial da história do estado de Goiás na direção de uma política pública de esporte e lazer.

A partir de seus termos, Attílio faria o primeiro traçado da nova capital contemplando 1082 hectares (ha) de área urbana, sendo 375 ha (35%) caracterizados como áreas públicas. Deste total, 162 ha (14%) seriam voltados ao esporte e lazer. Trabalhando com o conceito de áreas livres, o urbanista destinaria áreas internas nas quadras residenciais, denominadas de *playgrounds* (ACKEL, 2007). Quatro parques protegeriam nascentes, córregos e matas nativas e ciliares. Segundo o arquiteto, o parque botafogo, com uma área de 54 ha, teria “caminhos naturais” próprios ao lazer da população, e a represa do jáó seria ideal para a prática de diferentes esportes aquáticos (DINIZ, 2007).

Uma área de 8 ha, seria destinada especificamente para a prática de esportes. No formato de “arena olímpica”, a praça esportiva nomeada de “Estádio Municipal”, teria campo de futebol, pistas para atletismo, corridas e jogos atléticos, arquibancada (voltada para o nascente), 12 quadras de tênis, piscina e sede social (MEDEIROS, 2010).

Mesmo sem constar no projeto inicial, Attílio sugeriria também a construção de um clube exclusivo para o divertimento das elites da nova capital, composto por sede social, salão de festas, pavilhão de apartamentos para hóspedes, garagens, além das quadras de tênis e piscina (DINIZ, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova capital seria arquitetonicamente planejada para atender as expectativas e necessidades de uma “nova sociedade”. O Esporte e o Lazer conseqüentemente seriam inseridos como práticas organizadas, estruturadas e, notoriamente no caso goiano, reguladas e incentivadas pelo estado. A inserção destes elementos no traçado urbano inicial da cidade, contribuiria para o início de um “novo período”, largamente tratado na historiografia goiana como de significativa transformação estrutural, sociocultural, política e econômica.

REFERÊNCIAS

- ACKEL, L. G. M. *Attílio Correa Lima: uma trajetória para a modernidade*. 2007. 342 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de arquitetura e urbanismo, USP, São Paulo, 2007.
- CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.
- DINIZ, A. *Goiânia de Attílio Corrêa Lima (1932-1935) – Ideal estético e realidade política*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UNB, Brasília, 2007.
- MEDEIROS, W. de A. *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. 2010. 333 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, UFG, Goiânia, 2010.
- SANDES, N. F.; ARRAIS, C. A. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *OPIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 399-414 - jan./jun. 2014.
- SECULT (Secretaria de Estado da Cultura). Governo Pedro Ludovico Teixeira, 1932, 1933, 1934, 1935 – *Decretos: mudança da capital*. Goiás, Arquivo histórico do estado. Caixa nº 1.

